

Revista Electrónica de Psicología Política

A MÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA ENTRE OS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL: UM ENFOQUE PSICOSSOCIOLÓGICO.

The “Mística” and the constitution of political identity into the landless social movement ‘MST’: toward a psychosocial approach

Marco Aurélio Máximo Prado [\[1\]](#)

Nadir Lara Júnior [\[2\]](#)

Resumo: O presente texto propõe uma análise do processo de constituição da identidade política de participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir das práticas sociais coletivas envolvidas nas místicas. Para tal, recorreremos às propostas de análises da psicologia social dos movimentos sociais, especialmente a categoria identidade coletiva e seus elementos políticos como recurso fundamental de organização, manutenção e negociação das identidades sociais em movimentos de ação coletiva. Concluímos apontando para os elementos históricos, religiosos e valorativos que constituem as místicas e os relacionando à consolidação de uma identidade política dentro da prática histórica desenvolvida pelo MST de organização do conjunto de ações coletivas dentro do movimento.

Palavras Chave: identidade coletiva, movimento dos sem terra, mística, psicologia social, movimentos sociais

Abstract: This paper aims to analyse the process of formation of collective identity among the Landless Movement's participants. From the psychosocial frames to analyse social movements, specially from the collective identity and its political boundaries, our analyses take the collective practical groups under the mística to understand how the collective identity is processed. Our conclusion points to the mística as an important element to consolidate the collective identity into the Landless Movement.

Key Words: collective identity, landless social movement (MST), social psychology, mística, social movements

1. Introdução

Neste texto, abordamos alguns aspectos de um estudo desenvolvido anteriormente [\[3\]](#), com o objetivo de apresentar os elementos que compõem as místicas como uma prática social junto ao Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, e como estes elementos e práticas colaboram para o processo de estruturação de uma identidade política entre os participantes e lideranças deste importante movimento social brasileiro. Apresentamos, a partir de um enfoque psicossocial da identidade coletiva e política (Melucci, 1996; Mouffe, 1992; Bernd & Klandermans, 2001), uma discussão sobre como as místicas, que são compostas de diversas práticas, rituais e discursos sociais, colaboram na constituição, manutenção e negociação de uma identidade coletiva e política entre os agentes e participantes do MST. As místicas serão compreendidas como práticas celebrativas formadas por diferentes discursos sociais, religiosos e ritos, bem como conjuntos de crenças e valores que buscam interpretar a realidade vivida e significá-la a partir das atividades coletivas desenvolvidas em torno de temáticas e práticas grupais específicas.

As místicas são encontros celebrativos, através dos quais os assentados e acampados[4] realizam algumas atividades ritualísticas que resgatam a memória de eventos históricos, seja do movimento como um todo, da sua relação com o Estado em que vivem e até mesmo com o Brasil. Além disso, as místicas também se inserem como conjuntos hierárquicos de valores interpretativos da realidade social e política dos participantes e das suas relações com os adversários políticos, com a terra e com o movimento ao qual pertencem.

Os Trabalhadores Rurais Sem Terra conjugam, nesses encontros celebrativos, vários momentos que se alternam entre depoimentos de algum membro do movimento; encenações de alguma história de resistência na luta pelos direitos cidadãos; rituais religiosos, rezas; utilizam-se de símbolos como a bandeira do MST e muitos outros ícones, alguns deles religiosos, que são propostos de acordo com a prática de místicas específicas segundo os temas abordados. É importante destacar que as místicas configuram-se de acordo com cada temática a qual o movimento quer focar e colocar em debate entre seus participantes.

Em nossa visão, e este é o principal objetivo deste texto, enfocamos as místicas como conjuntos de significações de cunho religioso, cultural e político. E, por serem as místicas práticas sociais nascidas da convivência e da participação coletiva, é que elas se tornam fundamentais para entender o processo de formação identitária dos participantes do MST que, como veremos, é um processo que pode ser apreendido a partir da conjugação de três elementos psicossociais: A) as práticas coletivas que definem sentimentos de pertença grupal (Melucci, 1996); B) o reconhecimento de equivalências sociais (Mouffe, 1988), dado pelo sentimento de injustiça social e pela conscientização dos direitos sociais e, por último; C) a noção de delimitação de fronteiras políticas na diferenciação entre os atores sociais em determinado cenário político (Mouffe, 1996; Prado, 2002).

O campo de estudo dos movimentos sociais tem sido um dos mais inquietantes e efervescentes dos últimos anos em diferentes países (Klandermans & Staggenborg, 2002). O enfoque não mais a partir de uma patologização das ações coletivas (Prado, 2000), mas, agora, a compreensão da dinâmica interna das ações sociais e práticas desenvolvidas por estes grupos (Sandoval, 1989), tem sido um campo de intensa pesquisa comparada e debate entre diferentes grupos de pesquisadores (Johnston & Klandermans, 1995). Categorias e análises

contemplando diferentes posturas teóricas (Gohn, 1997; Prado, 2000) vêm sendo desenvolvidas para a compreensão dos aspectos psicossociais que levam as pessoas a desafiar autoridades instituídas, expressarem descontentamentos através de ações coletivas, construir formas de democratização das relações sociais e dos recursos políticos e, sobretudo, desenvolverem ações e formas de pertencimento grupal que garantam a permanência destes grupos nas sociedades complexas, ao tematizarem os dilemas e conflitos destas mesmas sociedades (Melucci, 1996). Além disso, vários âmbitos da participação social nos movimentos de ação coletiva têm sido pesquisados, como os aspectos psicológicos individuais da participação, as mudanças da identidade individual na participação em movimentos sociais (Melucci, 1996), a conscientização social e política, as mudanças nas relações cotidianas e outros (Sandoval, 2001).

2. Os Estudos dos Movimentos Sociais à luz da Psicologia Social: do Comportamento Coletivo à Formação da Identidade Política.

As formas de compreensão dos movimentos sociais são muitas e diversas, principalmente se pensarmos nas distintas concepções de sujeito coletivo e político que elas se baseiam (Prado, 2000). Na Psicologia, especificamente na Psicologia Social, esta questão também tem sido explorada desde os primeiros trabalhos em Psicologia Social que marcaram o estudo da composição dos sujeitos coletivos (Moscovici, 1985). Nesta área, tem-se avançado no sentido de compreender os processos psicossociais que envolvem a configuração destas relações entre grupos e identidades coletivas e, para tal, a Psicologia Social, nesta tentativa, tem sido entendida como um campo híbrido de conhecimento científico que se articula com a Política, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia e outras áreas das chamadas humanidades.

A construção coletiva de demandas sociais e de práticas coletivas de pertencimento grupal pode ser pensada a partir do estudo da identidade coletiva (Melucci, 1996). A identidade coletiva vem sendo estudada a partir de diferentes autores preocupados com os processos de construção da ação social coletiva. Autores como Touraine, Melucci e Klandermans, entre outros, têm apontado para a importância dos estudos dos aspectos subjetivos na compreensão da construção de relações de pertencimento grupal dos movimentos sociais (McDonald, 1999).

De forma que podemos entender que a construção de identidades coletivas baseadas no terreno do reconhecimento das equivalências dos direitos (Laclau, 1990), é um processo de âmbito coletivo, configurando, deste modo, o espaço do político[5] enquanto um espaço de emergência de antagonismos sociais, sejam inicialmente privados ou públicos, que conferem ao campo do político o espaço de articulação destes grupos e ações coletivas. Faz-se mister apontar que estas ações coletivas configuram-se não somente em torno de questões materiais, mas inclusive de questões identitárias que, nas sociedades contemporâneas, parecem se colocar com mais visibilidade social (Melucci, 1996).

Tendo estas questões como pautas de preocupação, surgem propostas teórico-analíticas interessadas no processo de mobilização política (McAdam, 1982; Klandermans, 1997; Cohen & Arato, 2000) e no estudo dos fenômenos coletivos mobilizadores (Morris & Mueller, 1992), que passam a recuperar aspectos da Psicologia Social[6] para a análise das ações coletivas. Na verdade, é importante notar que a mudança de paradigma na análise dos movimentos sociais, ocorrida a partir da emergência dos chamados movimentos sociais contemporâneos, foi determinante no ressurgimento da análise dos aspectos psicossociais para compreensão dos elementos constituintes do processo de mobilização/desmobilização social (Sandoval, 2001). Não por outro motivo, a preocupação com a questão da identidade passou a ser central para o debate sobre mobilização social e para os estudos sobre a ação coletiva (Melucci, 1996).

Aqui pretendemos apontar para três elementos que permitem uma compreensão da construção da identidade coletiva e política como um processo psicossocial e estes podem ser observados nas práticas das místicas junto ao participantes do MST.

- *Práticas Coletivas e Sentimento de Pertença Grupal:*

Importante destacar que estes três elementos se dão em processo e estão implicados pelas práticas sociais e pelos cenários políticos que determinado grupo se desenvolve. A identidade coletiva garante uma continuidade da experiência do “NÓS” e revela nossa pertença a um determinado grupo. Neste sentido, o sentimento de pertença é um dos importantes sentimentos que um processo mobilizatório precisa desenvolver. Este sentimento pode aparecer de formas muito variadas, como formas de interpretação da história conjunta, como formas de identidade sociais, portanto, de pertença a determinadas categorias sociais, como expectativas de projetos de futuro coletivamente traçados, como

elaborações de elementos do passado para a demarcação de posições identitárias e etc. Algumas práticas sociais são iniciadas com o intuito de materializar o sentimento de pertença a um conjunto de valores, crenças, interesses que definem a identidade coletiva de determinado grupo. Há, paulatinamente, a criação de algumas regras da própria pertença ao grupo e a definição de relações intra e intergrupos. Este processo implica na definição de estratégias para mobilizar recursos que garantam a continuidade da experiência coletiva como necessários para a mobilização social. Para tal, a identidade coletiva define também possíveis práticas cotidianas do grupo na constituição de redes sociais, onde há a localização e uso das instituições políticas, religiosas, públicas e privadas que se colocam como colaboradoras ou adversárias da demanda grupal. Porém, o mais importante da identidade coletiva é o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do próprio grupo, colaborando na configuração e mediação da relação entre diferentes grupos. É importante notar que, neste momento, há o desenvolvimento de uma série de habilidades que podem favorecer práticas cooperativas entre os membros do grupo; não por outro motivo, vários teóricos, como é o caso de Klandermans (1997), têm identificado a importância das práticas de solidariedade para o desenvolvimento das mobilizações sociais. Podemos então perceber que estas práticas coletivas elaboram, estruturam e redefinem práticas sociais grupais. Estas são práticas que materializam em ritos, rituais e códigos a pertença grupal e para tal mobilizam recursos pessoais, familiares, institucionais e outros com o objetivo de construir uma rede social capaz de definição de um conjunto de valores e crenças relativas à solidariedade intragrupal.

- *Reconhecimento das Equivalências no Processo de Conscientização:*

Outro aspecto que vamos considerar como sendo um dos elementos relevantes para o processo de formação da identidade política junto aos participantes do MST, à luz da Psicologia Social, é o que chamaremos, a partir de Laclau e Mouffe, como o reconhecimento do caráter opressivo de algumas relações sociais (Laclau & Mouffe, 1985). A partir da proposta destes autores, podemos compreender que há uma diferença importante entre as relações de subordinação e as relações de opressão. Apesar de muitas polêmicas [7], esta diferença precisa ser demarcada: um primeiro aspecto diferencial é que as relações de subordinação são relações que estão baseadas sobre as positivities das posições identitárias. Ou seja, não há, ainda, o reconhecimento das

negatividades que sustentam as posições diferenciais vistas como imutáveis (Laclau & Mouffe, 1985).

Na subordinação, as relações são vistas como funcionais, assim, por exemplo, na relação entre dois cargos institucionais, a hierarquia desigual entre ambos é tomada como necessária para o funcionamento da instituição. Ainda não são reconhecidas como opressivas, pois para tal faz-se necessário a relação com uma exterioridade, com uma corrente de equivalências historicamente construída que permita o reconhecimento de que, nas relações de subordinação, há um impedimento. O que pode ser notado é que, enquanto as relações entre “superiores” e “inferiores” estão sendo vistas como relações de dependências e hierarquia, não é ainda possível o reconhecimento da privação e do impedimento que aí estão embutidos. Isto quer dizer que, quando um agente está sujeito às decisões de outro, o que se instaura são relações que “(...) estabelecem, simplesmente, um conjunto de posições diferenciais entre os agentes sociais (...)” (Laclau & Mouffe, 1985: 154). Não são relações que antagonizam a partir de uma corrente de equivalências; pelo contrário, são relações que estão baseadas na lógica da imutabilidade diferencial. Elas definem, portanto, identidades sociais, mas não políticas.

Outra importante diferença é que, nas relações de subordinação, os agentes envolvidos não percebem o elemento da continuidade pertinente a historicidade da dependência entre suas posições. Ou seja, não há a consciência de que a inferiorização seja algo correspondente a posições historicamente construídas. Já nas relações de opressão, ao contrário das relações de subordinação, pode-se dizer que há uma antagonização entre os agentes: agora o impedimento passa a ser a possibilidade da constituição do político e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de se homogeneizar alguma das posições identitárias em jogo.

Acompanhando o pensamento de Laclau e Mouffe (1985), podemos dizer que as relações de opressão são aquelas relações de subordinação que se transformaram em lugares privilegiados de antagonismos. Neste sentido, há o reconhecimento e a comparação com um discurso exterior a partir de uma corrente de equivalências que, historicamente, vem sendo conquistada e produzida pelas lutas sociais. Neste aspecto do processo de mobilização social é fundamental o surgimento de duas lógicas: a da equivalência e a da diferença, as quais permitem a conscientização das formas de opressão. A lógica da equivalência é aquela que considera, nas palavras de Barret (1994), os posicionamentos diferenciados entre os agentes como objeto de luta e a lógica da diferença é aquela que exige equivalência a partir das posições e dos contextos

próprios dos agentes. Desta forma, a igualdade não é pensada como homogeneidade, mas sim como equivalência/diferença. Note-se que é, a partir deste elemento da conscientização que o processo de mobilização busca articular-se com a produção da identidade coletiva, demarcando fronteiras políticas entre o NÓS e o ELES, de forma que a identidade coletiva pode ser produzida como política já que favorece para uma “des” naturalização das relações inigualitárias entre os grupos sociais.

- *Delimitação de Fronteiras entre Adversários e Aliados: a reciprocidade em questão*

Passamos para o nosso terceiro elemento, considerado aqui como aquele que cria reciprocidade e reconhecimento entre os agentes sociais. A demarcação de fronteiras implica no reconhecimento de que o ELES e o NÓS são irreconciliáveis (Mouffe, 2000), porém possuem o mesmo direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas. No estabelecimento das relações de reciprocidade (Melucci, 1996), sejam elas de reconhecimento negativo ou positivo, há a sustentação da necessidade de se definir o consenso do NÓS; o que significa redefinir o conjunto de valores, crenças, interesses e significados de que este NÓS é portador, e há, também, a necessidade de reconhecer o caráter precário deste consenso, desde que o ELES é um constitutivo exterior internalizado pelo NÓS, e que garante a continuidade de suas relações de pertença fazendo com que a identidade coletiva não seja meramente a adesão grupal mas sim a forma de negociação da existência de um conjunto de posições subjetivas, um conjunto de valores sociais e a continuidade de práticas políticas capazes de recriar as formas de organização dos grupos sociais. Este é o paradoxo identitário em questão nas relações entre os grupos (Melucci, 1996). Veremos, através destes elementos, como se dá este processo a partir das práticas das místicas junto aos agentes sociais do MST. Para tal, primeiramente apresentaremos as místicas e os elementos que historicamente a constituem no surgimento do MST no Brasil, para então nos apropriarmos da análise destas práticas no cotidiano de assentados e de lideranças.

3. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as Místicas

Para compreender a emergência do MST no cenário brasileiro, sua organização social e as práticas coletivas que se fazem presente no seio do movimento, faz-se necessário uma rápida passagem pela situação da questão agrária no Brasil, bem como pela organização e dinâmica interna do próprio Movimento do Trabalhadores Sem Terra.

Segundo Harnecker (2000), no Brasil, apenas 1.7 milhão dos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, são destinados para produção de grãos. Os dados que o autor apresenta da situação da terra no Brasil são realmente alarmantes.

"Cerca de 400 milhões são de propriedade privada e já estão devidamente ocupados. Destas, apenas 15% são utilizados como área cultivada com cultivos temporários ou permanentes. Outros 48% são utilizados para a pecuária e o restante é de florestas (particulares) ou não explorados do ponto de vista agrícola. Existem 182 milhões de hectares totalmente ociosos, sem nenhuma utilização econômica" (Harnecker, 2000:56-7).

Quanto a estrutura das propriedades do campo, o mesmo autor revela dados impressionantes evidenciando a desigualdade e a injustiça na distribuição de renda do país.

"Estrutura da propriedade, há 5 milhões de propriedades: 53% têm menos de 10ha ocupando apenas 35% da área. Quarenta e sete mil proprietários são donos de 43% de todas as terras, em fazendas que ultrapassam mil hectare"(Harnecker, 2000:56-7).

Um outro elemento a ser destacado, para compreensão dos inúmeros fatores que colaboraram para a emergência de um movimento social por luta da terra no Brasil é a política agrícola adotada pelo governo militar que, segundo Fernandes (1998), foi o momento de modernização do campo e da criação de transformações profundas.

"O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar"(Fernandes, 1998: 07).

Na medida em que a terra ia sendo privilegiada para os grandes grupos, o governo militar estabelece uma aliança com os empresários para dominar todas as possibilidades vindas do campo.

"A aliança governo militar/ empresários precisava de sustentação do poder local para a realização de sua estratégia geopolítica de controle do território. Era assim que a aliança pretendia, de forma hegemônica, controlar o território: primeiro militarmente, depois economicamente" (Fernandes, 1998:12).

Essa realidade se estendeu desde o governo militar até o mandato dos Presidentes eleitos democraticamente que não têm conseguido implantar um projeto de Reforma Agrária que resolvesse os conflitos no campo. As leis que iam para o Congresso sofriam intervenção da bancada Ruralista mantida pela UDR (União Democrática Ruralista), formada pelos grandes fazendeiros que defendiam o latifúndio e a propriedade privada. Conseqüentemente as invasões aumentaram (Fernandes, 1998).

Sentindo a força da desigualdade, muitos trabalhadores continuaram no campo em busca de direitos e principalmente em busca da terra. Esses trabalhadores foram se organizando e conseqüentemente entrando em conflito com a polícia. Os dados sobre as lutas no campo durante o regime militar são alarmantes.

"No final da década de setenta, em diferentes pontos do país as ocupações de terra se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo com diversas denominações, nos dois primeiros anos da década de oitenta, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) registra 1363 conflitos por terra. A maior parte das lutas iniciadas pelos movimentos sociais conta com o apoio da Igreja Católica e de alguns partidos políticos de oposição que começavam a ser legalizados, assim como do novo sindicalismo em ascensão"(Fernandes,1998:20).

-

O desejo e a luta pela reforma agrária no campo e as lutas sindicais e partidárias na cidade vão desenhando o cenário nacional de forma a preparar a gestação de várias organizações populares. Como por exemplo o Partido dos Trabalhadores - PT, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - São Paulo e muitas outras. E no campo, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Lutas essas que não só estavam articuladas com a reivindicação por direitos específicos, mas também com o processo de redemocratização do país. Na fala de lideranças

do movimento, pode-se ver a importância que o MST teve no processo de redemocratização do país que acabou por colaborar na criação e organização de um movimento de âmbito nacional:

"A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, 1978 e 1979, e a luta pela democratização da sociedade"(Fernandes & Stédile, 2001:22).

"Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país"(Fernandes & Stédile, 2001:22).

Damos destaque às transformações que a Igreja Católica estava vivendo naquele momento. Criou-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que propuseram uma forma diferente de compreensão da Bíblia e de como organizar a população, como veremos mais adiante. Uma das formas das CEB's organizar sua ação foi à criação das Pastorais, a pastoral operária, a pastoral da terra e outras foram criadas como forma de materializar em ações o ensino religioso e os princípios do marxismo.

Exatamente por este motivo é que lideranças nacionais do MST concordam que sem o apoio da CPT - Comissão Pastoral da Terra, o MST não teria se organizado da forma em que o conhecemos hoje (Stédile, 2001), pois o movimento usou muito da metodologia da Igreja Católica, o que ajudou os trabalhadores Sem Terra a se mobilizarem em torno de seus objetivos. Dessa maneira, é certa a influência da religiosidade na constituição do movimento e a mística foi a forma de conjugar vários ritos para ajudar os Sem Terra no seu processo de formação identitária.

Vários autores como Fernandes (1998; 1999; 2001), Medeiros e Leite (1999) entre outros, apontam que o surgimento do MST se deu na Encruzilhada do Natalino - Ronda Alta – Estado do Rio Grande do Sul, onde localizou-se um primeiro conflito importante no início dos anos 80.

Neste contexto é que latifundiários e governo se conjugam e mandam para a Encruzilhada do Natalino no Rio Grande do Sul, o chamado coronel Curió para combater os Sem Terra. Vencer o Coronel Curió e chegar na terra ocupada foi um marco de que a vitória - a conquista da terra - não era uma

utopia tão inalcançável, mas era fruto de uma ação de mobilização social organizada. Esse fato repercutiu em todo o Brasil e foi uma injeção de ânimo nos trabalhadores rurais espalhados por todo o país.

"A mesma coisa aconteceu em 1981, no acampamento da Encruzilhada Natalino. Vieram pessoas do Brasil inteiro. Reunimos 30 mil pessoas numa luta camponesa em plena ditadura militar".(Fernandes e Stédile, 2001: 22).

Porém, foi somente em 1984 em Cascavel – Paraná, que os trabalhadores rurais conseguiram seu primeiro Encontro Nacional e lá fundaram o MST. No ano de 1985, em Curitiba realizaram o I Congresso Nacional do MST, como nos conta Salete, outra entrevistada que também esteve na ocupação da Encruzilhada do Natalino.

"Nós fizemos parte de um movimento, que é o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em 1985, onde houve uma grande discussão dentro do próprio movimento, onde existia um pessoa que achava assim: quem está acampado são os Sem Terra e que já tem terra vamos por outro nome. Já tinham escolhido até o nome: - PÉS NO CHÃO. Aí fomos discutindo e aprofundando e vimos que isso nos separa na verdade, afinal de contas, nós participamos de um movimento que estava em vista da terra e hoje, muito mais que a terra, queremos os direitos destes trabalhadores. Aí, depois de virmos para o assentamento, deixamos de ser o que somos? - Não tem, não tem como deixar de ser isso."

Para entendermos melhor as origens do MST, recorreremos a fala de uma das lideranças nacionais deste movimento:

"Nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. Podemos dizer que o MST nasce das lutas que já ocorriam, simultaneamente, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Fernandes & Stédile, 2001:18).

Há um segundo elemento muito importante na gênese do MST. O primeiro aspecto, como vimos é o socio-econômico. O segundo é ideológico. Importante ressaltá-lo pois ele é um elemento fundante na relação entre o MST e as Igrejas Católica e Luterana na formação e organização política dos participantes do movimento.

E, como vemos nas falas dos autores e lideranças nacionais do movimento, a CPT colaborou na unificação de várias lutas por terra no espaço nacional brasileiro.

"O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a organização das Lutas camponesas (Fernandes & Stédile, 2001:19).

"A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional" (Fernandes & Stédile, 2001: 21).

Mesmo com as várias conquistas que o MST teve no campo, ao longo de vários anos, o número de mortos no campo ainda é alarmante, como notificou Harnecker em sua pesquisa.

"Nos últimos doze anos houve 1167 assassinatos de trabalhadores rurais e apenas oitenta e seis julgamentos e sete condenações. Segundo a CPT, em 1998, quarenta e seis trabalhadores rurais sofreram tentativas de assassinato, oitenta e seis ameaçados de morte, trinta e cinco foram torturados, cento e sessenta e quatro agredidos fisicamente, quatrocentos e sessenta e seis presos e duzentos e sete sofreram lesões corporais"(Harnecker, 2000:49).

Mas voltemos para a organização do MST pois é a partir dela que poderemos compreender como as Místicas se estruturam e passam a colaborar no processo de identificação com o trabalhador rural.

A partir do primeiro Congresso Nacional realizado em 1985, em Curitiba no Paraná, o MST começa a perceber em sua caminhada formas de organização que ajudariam a conseguir alcançar seus objetivos com muito mais precisão. Por isso que em 1995, no III Congresso Nacional, estruturaram suas instâncias deliberativas.

A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente 90 pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais, dois membros eleitos por setores nacionais e 21 membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A coordenação estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por até 15 membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros de Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembléias.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formados por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes ou diretores. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros.

O movimento possui algumas formas de organização como os acampamentos, entendido como um lugar provisório que os participantes do movimento ocupam até conseguirem a terra. Nesse sentido, Harnecker (2000) define os acampamentos a partir do processo de conscientização e identificação:

"O espaço ideal para empreender o processo organizativo do movimento. Ali se começa a romper com os hábitos individualistas que caracterizam o trabalho agrícola. Formam-se grupos de famílias (entre dez e quinze famílias formam um grupo), cada um nomeia seu representante; dividem-se em áreas por setores: abastecimento, educação, atividades culturais e recreativas, segurança, comunicações, finanças etc.; diariamente se faz uma avaliação das atividades desenvolvidas pelas diferentes equipes e da situação global do acampamento. Assim se formam os hábitos de disciplina e também em um excelente espaço para começar a sua formação ideológica." (Harnecker, 2000:53).

Em seguida, seja por ocupação ou desapropriação, estabelecem aí o assentamento, esse entendido como a etapa da chegada a terra, onde começarão a construir sua moradia e semear alguns produtos.

"A luta não acaba com a conquista da terra. Este é o primeiro passo. É preciso continuar lutando de forma organizada e avançar no estabelecimento das mais diversas e flexíveis formas de cooperação para ir resolvendo todas essas questões (associação de máquinas, cooperativas de crédito e serviços, cooperativas de produção, etc.). é preciso lutar contra todo o sistema capitalista neoliberal que só favorece as grandes empresas transnacionais agroindustriais" (Harnecker, 2000:54)

Ao longo da história, várias denominações surgiram para definir o perfil de um assentamento, o MST entende que seja de uma forma e o governo, conseqüentemente, apresenta certas características diferentes daquelas entendidas pelo movimento: Segundo Stedile et ali (1999), os assentados são pobres dos centros urbanos, pequenos proprietários moradores de ribeirinha onde as barragens hidrelétricas invadiram. Por um lado, para o governo qualquer agrupamento coletivo no campo se podia entender como assentamento. Medeiros e Leite (1999) caracterizam como trabalhadores rurais que viviam há muito tempo na terra, mas que não tinham a posse, bóias-frias ou ex-assalariados que tiveram suas terras reconhecidas também foram considerados como assentados pela reforma agrária feita pelo governo.

Com o surgimento dos movimentos rurais, as perspectivas de luta pela terra se ampliaram. Desde lá que os movimentos sociais na zona rural pedem por melhorias na política agrária do país, pois a atual favorece de forma abrupta os grandes latifúndios. Com essa perspectiva latifundiária não é de se estranhar que os assentamentos enfrentaram muita resistência por parte da classe dominante, seja em nível local ou até nacional. Prova disso, nos afirma Medeiros & Leite (1999:14), que “(...) desde o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República, dos retrocessos no governo Sarney, culminando com os resultados da Constituição de 1998, da capacidade do Congresso nacional de bloquear medidas voltadas para a desapropriação de terras (...)”, se privilegia somente uma aristocracia rural.

A reforma agrária começa a ser objetivada pelos movimentos para fixar a mão-de-obra na terra e gerar rendas com a venda dos produtos, para que trabalhadores possam suprir suas necessidades básicas como alimentação, saúde, educação. Medeiros & Leite (1999) nos mostram que, os assentamentos conseguem se relacionar com o mercado para escoar seus produtos e conseqüentemente reverter o lucro para o interior do próprio assentamento.

Quando o assentado não consegue manter-se na terra, geralmente se torna manchete nos meios de comunicação social, que quase sempre sinalizam para o fracasso dessa iniciativa, alegando que o desenvolvimento tecnológico da agricultura atual com os grandes produtores individuais e a agricultura moderna não suporta a agricultura familiar afirmando que essa se organiza de forma arcaica. Sendo assim, o modelo da economia agrícola capitalista

atual se mostra incompatível com a realidade dos assentamentos que tem uma base produtiva social.

Segundo Medeiros & Leite (1999:168), *“os assentamentos não só geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também transformaram em maior ou menor medida as relações de poder local”*. Sendo assim, a realidade de um assentamento influencia de forma significativa a realidade social onde este está inserido, não sendo, portanto, uma organização desvinculada de um contexto mais abrangente.

O MST passou a liderar dentro desse contexto à maioria dos acampamentos e assentamentos.

“Existem dois mil projetos de assentamentos que agrupam de 250 a 300 mil famílias em torno de oito milhões de hectares de terra desapropriada. Esta é sua conquista nestes anos de luta. Em outubro de 1999 havia quinhentos acampamentos espalhados por todo Brasil, com mais de cem mil famílias acampadas. A maior presença de acampamentos encontra-se em Pernambuco e Paraná”(Harnecker,2000:58)

No entanto, é interessante notar que cada estado, cada região, possuiu uma forma característica de organizar um assentamento, como nos mostra Medeiros & Leite (1999). Muitas vezes, essa caracterização acontece por determinantes culturais, por influências históricas e outras.

Os dados atuais que o movimento apresenta mostram 350 mil famílias assentadas e 70 mil acampadas em todo o Brasil.[\[8\]](#)

O MST, dentro do seu processo de mudança de sua identidade Sem Terra, busca ampliar seu raio de ação e estabelecer sua territorialidade (Fernandes, 1999), para isso organizou-se em setores que garantam essa demanda, que não mais se restringe a terra, mas busca atingir outras esferas da sociedade. O MST apresenta os seguintes setores: produção; educação, comunicação; saúde; formação; gênero; direitos humanos. Vale salientar que esses setores são organizados e compostos por assentados de todo o Estado e também do país.

Desde o surgimento das místicas nas práticas coletivas em acampamentos, assentamentos, reuniões e eventos, esta foi considerada de fundamental importância para o aprendizado e organização do movimento.

"A mística só tem sentido se faz parte de sua vida da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar; se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa. Também não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos juntos para o paraíso. Se for assim, então vamos chorar, como se faz em muitas seitas religiosas. (...) a partir dessa compreensão, em cada momento, em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas" (Fernandes & Stédile, 2001:130).

A mística é um encontro "celebrativo", através do qual os assentados e acampados realizam algumas atividades que resgatam a memória de eventos históricos, seja do movimento, do Estado em que vivem e até mesmo do Brasil. Nesse sentido, Padre Arnildo, um dos líderes do movimento que ajudou na estruturação da mística, em entrevista para este trabalho, nos diz:

"A celebração, ela em primeiro lugar se caracteriza no MST, sempre como um ponto de encontro dos que caminham na mesma direção, ponto de encontro dos que lutam pelo mesmo objetivo. Quer dizer, na celebração, nós nos encontramos como pessoas que vão no mesmo, na mesma luta, por isso é bom pra nós separarmos bem isso, a celebração na luta popular não tem o mesmo significado que pra dentro das igrejas. Dentro das igrejas normalmente celebração significa eucaristia, ou liturgia da palavra ou coisa assim. No movimento celebração é a reanimação dos que estão no mesmo caminho, que estão na mesma luta. Agora, para essa celebração, para essa reanimação acontecer, evidentemente tem diversos elementos que ajudam: Uma boa mística preparada pelos próprios acampados é fundamental. Além dela, a palavra de Deus também tem um papel importante né. Certamente poderemos ver hoje a tarde isso, hoje a tarde tem uma celebração que eles prepararam. Então, a palavra de Deus tem um papel de iluminação, de animação, de aprofundamento mesmo da própria mística e quando então, se celebra a eucaristia mais claro ainda a presença do Senhor Ressuscitado que quer vida e vida em abundância para todos. Agora nas celebrações mesmo não religiosas, nas celebrações do movimento a partilha do pão é um elemento essencial na celebração dos que lutam pela, pela partilha da terra. Então, em todas as celebrações do MST ela entra a partilha do pão, dos alimentos ou coisas nessa ótica" (Padre Arnildo).

Os Sem Terra conjugam na mística, vários ritos que se alternam entre depoimentos de algum membro do movimento; encenações de alguma

história de resistência na luta pelos direitos de cidadão; fazem memória de uma pessoa que seria uma espécie de "modelo" para se seguir; utilizam-se de símbolos como a bandeira do MST e muitos outros que aparecem de acordo com a proposta da mística. É importante destacar que a mística se configura de acordo com cada temática a qual o Movimento quer enfatizar.

Como sabemos, a mística é um termo desenvolvido pela Igreja Católica e essa expressão ganha uma força muito especial com a Teologia da Libertação que propõe a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Dentro dessa perspectiva teológica-religiosa é que se vincula a ideologia marxista e conseqüentemente elementos de cunho político. A igreja não é somente um templo religioso, mas passa a ser também um centro comunitário.

Uma das atividades das CEB's era criar as Pastorais. Essa forma de organizar-se em Pastorais foi responsável pela aglutinação de pessoas que queriam realizar algum tipo de trabalho comunitário-religioso. Damos destaque à Comissão Pastoral da Terra (CPT) que teve como foco o trabalho com os agricultores pobres do interior do Brasil. A CPT levava consigo a ideologia religiosa-marxista e a discussão bíblica não servia somente para alimentar a religiosidade, mas também para politizar a realidade de exclusão que viviam os agricultores pobres. (Fernandes, 1998; Harnecker, 2000)

Foi com a CPT que alguns agricultores expulsos de suas terras começaram a se organizar e a exigir o seu direito pela terra. No bojo dessa organização temos a influência dos Padres, Irmãos e alguns Pastores ligados a Igrejas Protestantes históricas, todos ligados a Teologia da Libertação. O elemento religioso - mística da resistência - começa a aparecer como um elemento forte, assim nos narra Neiva, uma participante do Movimento:

"Eu ainda não estava acampada, mas já começamos a misturar esta coisa cristã e religiosa com mais outros métodos de mística, como, por exemplo, começamos a trabalhar o momento místico com canto, na verdade com cantos de luta, pois no início eram mais cantos religiosos, aí fomos misturando os cantos com cantos de luta, de companheiros que escreviam e que falava da luta, e continuamos carregando a cruz e todos os outros símbolos centrais também. No próximo acampamento que aí já era o meu junto com a 'Belmira', que foi o mais massacre que nós sabemos até hoje, aí naquele acampamento renovou-se mais aquela mística trabalhando mais a questão do horizonte, da utopia, do sonho, do socialismo, então começamos a trabalhar mais a parte que a mística traz para nós, esta coisa de olhar para frente, de sonhar mais longe, construir uma sociedade diferente e foi aí que nós passamos a trabalhar mais o objetivo do socialismo, da construção da cidade juntos, então trabalhamos vários tipos de mística, Mística com crianças, com jovens, trabalhamos esta coisa de construir o socialismo, de trabalhar com a semente, criando frases com a semente, trabalhamos muito a questão da semente já nesta época" (Neiva).

Nesse relato, destacamos alguns elementos importantes para a ação política que se revela na utopia, no sonho e na esperança de construir uma sociedade melhor. Seguindo a lógica da Neiva, é olhar para frente e ver perspectivas, é ter horizontes para desbravar e conhecer. Se na política não houver possibilidades para esses elementos importantes, não há política democrática, na qual todos lutam por suas utopias e não por um espaço autoritário, no qual tudo está pronto e acabado sem possibilidades de uma ação participativa.

Percebamos que nesse relato de Neiva, a questão religiosa começa a influenciar a mística até o ponto em que a mística do MST se desvincula da CPT e começa a ter sua própria característica. O fato do MST ter se desvinculado da CPT, não quer dizer que não traga consigo toda a influência ideológica que recebeu até então.

Arnildo, um de nossos entrevistados, ao ser questionado sobre a relação da CPT com o MST, nos revela:

"A CPT sempre ajudou e continua ajudando apenas as formas é que mudaram um pouco, uma vez a CPT era a animadora do movimento sem terra, quando o movimento ficou autônomo, daí para frente a CPT passou a ser uma parceira na luta, feita agora numa parceria, algumas necessidades que o movimento tem a CPT ajuda, agora especialmente para os atos públicos para as campanhas de solidariedade sempre nesta linha, a CPT passou a ser uma servidora para movimento MST".

Os Sem Terra conjugam nesse encontro, vários momentos que se alternam entre depoimentos de algum membro do movimento; encenações de alguma história de resistência na luta pelos direitos de cidadão; utilizam-se de símbolos como a bandeira do MST e muitos outros que aparecem de acordo com a proposta da mística. É importante destacar que a mística se configura de acordo com cada temática a qual o Movimento necessita enfocar junto ao processo de conscientização de seus membros.

4. A Formação Identitária nas Práticas Sociais dos Participantes do MST: A Relevância das Místicas.

No interior dos movimentos sociais, muitas pessoas disponibilizam tempo pessoal e esforços para estarem envolvidas nas causas de interesses comuns, seja a luta pela casa, pela terra, saúde etc. Esse contexto de participação assídua nas lutas dos movimentos é chamada de militância, que busca como uma das motivações o enfrentamento contra as várias formas de opressão que se desenham nas sociedades atuais. Desse enfrentamento nasce uma pergunta que Beto & Boff (1999:10) fazem:

"Qual a força secreta que sustenta todos esses grupos? Onde haurem esperança para continuar a sonhar, a resistir e a querer uma sociedade mais humana e feliz para eles e seus filhos e filhas?"

Para os mesmos autores, essas indagações estão sustentadas diretamente nas místicas, não como uma definição esotérica que se desliga da realidade, mas sim, como uma força impulsionadora, que mesmo mediante os possíveis fracassos conseguem perseverar nos ideais buscados por cada pessoa e pelo movimento social.

A luta pelo ideal de partilha como acreditam os cristãos, faz com que a mística rompa os muros das igrejas e ganhe sentido na vida dos militantes, pois não está desvinculada da realidade como nos mostram os autores acima citados, que apontam para uma encarnação do filho de Deus (Jesus) como um representante maior da práxis de Deus na vida das pessoas, que se manifesta como êxtase e transformação. Por quê seus seguidores deveriam se comprometer mesmo que muitas vezes, coloquem suas vidas em riscos?

No âmbito do MST, pode-se dizer, seguindo estes autores, que é na mística que encontram essa capacidade de ressignificar seus ideais e buscar forças para enfrentar todos os possíveis desafios que possam aparecer nessa empreitada de luta pelos direitos que assegurem uma maior efetividade do movimento.

"a mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos faz antes aceitar uma derrota com honra que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras" (Beto e Boff, 1999:25).

A resistência mostra a todos os integrantes do movimento que a luta deve ser mantida, negociada e simbolizada sempre. Dessa forma, vão mistificando os aparentes fracassos, criando a figura dos mártires como protótipos de militantes que levaram seus ideais até as últimas conseqüências e sua memória deve ser cultivada e respeitada. Assim, fazem com que essas experiências se tornem aprendizagem e desejo de união em busca das mudanças necessárias para atingir as expectativas individuais e coletivas.

Como prática coletiva na constituição de uma identidade comum, o sentimento de pertença ao grupo é fundamental. Se para os teólogos a mística e a utopia é que garantem a força impulsionadora da ação contínua, para os estudiosos dos movimentos sociais em outras áreas, o sentimento de pertença e o processamento constante da identidade coletiva permite que um grupo compartilhe valores, crenças e interesses através de práticas sociais grupais que colaboram no processo mobilizatório, regulando as relações entre os membros de um grupo e entre os diversos grupos em questão. Estes elementos podem ser vistos através da prática das místicas, nos discursos dos participantes do MST:

"Ela (a mística) vai criando essa força interior do grupo como tal. Vai fazendo com que o grupo todo tenha força para reagir frente a toda repressão e até interessante observar que todos os acampados que não entram nessa prática ou que não seguem essa prática, ou não participam muito, ou não se entrosam e portanto vão ficando fora da mística, não vivem essa mística, ou muito pouco dessa mística. São os primeiros a recuar, a não ter mais clareza, não ter firmeza na luta e muitos deles desistem no acampamento exatamente pela única razão na minha avaliação pela falta da mística de vida com intensidade"(Arnildo - participante do MST).

"Sinto uma alegria profunda de caminhar com gente que está no mesmo rumo, que vibram pela mesma causa e que se animam numa mística qualquer a enfrentar uma e qualquer dificuldade, quando nos momentos mais difíceis que parecem não ter mais solução, numa mística se anuncia o amanhecer, anuncia que tem saída e mais se anuncia um novo caminho, então isto anima as pessoas profundamente e anima a mim como agente, como animador da luta e assim anima a todos, alias este é um dos objetivos fundamentais da mística, reanimar, fazer brotar da escuridão uma luz, para ter forças e levar a luta adiante"(Arnildo - participante do MST).

"Eu sou um sujeito, eu sou um ser, sem-terra com letras maiúsculas, eu sou Salete Sem-Terra, acho que é uma questão de ser sujeito, só que foi através do movimento que nós conseguimos recuperar valores, é dentro do movimento que nós recuperamos a dignidade, porque quem somos nós, nós somos como seres excluídos desta sociedade, então o nosso setor frente de marcha o que faz, vai buscar os excluídos, vai buscar os pobres, fazemos a proposta, conversamos com eles, trazemos para o acampamento e dentro do acampamento começamos a recuperar a dignidade, no meu período por exemplo quando você dizia que era do acampamento Natalino inclusive do acampamento Danone meu Deus do céu, são uns vagabundos, são não sei o que né, os piores nomes, e a mística tem conseguido muito para nós valorizar, afinal de conta nós somos gente, fazemos parte de um movimento, que luta não só por terra, luta por dignidade, por soberania, luta por uma sociedade diferente conforme a Neiva falou, luta por educação, por saúde, e não por uma terra para entregar para os nossos filhos de ódio que recebemos, mas para nós podermos trabalhar nesta terra e trabalhar nela e entregar para nossos filhos melhor que nós recebemos, então é neste sentido que a questão mística nos empurra muito, nos desafia, eu tenho a minha netinha que é um toquinho de gente que diz ...EU SOU A SEM TERRINHA... eu digo isto com orgulho, aí eu digo para as pessoas, Raquel diga o que você é aqui para sua avó, aí ela diz a sem terrinha, e as pessoas que não conseguem entender o que é isso que eles dizem aqui conosco, dizem assim a pobrezinha, mas você é uma sem-terra, e ela não é uma sem-terra, para nós isto é uma questão de identidade"(Salete - participante do MST).

Estas práticas coletivas, como pode ser observado no discurso destes entrevistados, constituem e processam sentimentos de pertença grupal que são fundantes do estabelecimento de uma rede social que mobiliza, através das ações dos diferentes participantes, recursos materiais e não materiais para a constituição de uma cultura política grupal. Dessa forma, conforme discutimos anteriormente ao apontar os três elementos da formação identitária coletiva e política, pode-se observar a partir destes discursos como algumas práticas coletivas de um grupo, no caso as práticas das místicas, incentivam o compartilhamento de uma definição e leitura da estrutura societal, garantindo assim que as relações intra-grupais encontrem uma certa unidade, que mesmo só aparente porém importante para que o grupo estabeleça os primeiros limites entre ele e os outros, ou seja, o processo de diferenciação é fundamental para que a identidade coletiva seja processada (Melucci, 1996). E dentro das místicas, as formas coletivas de celebração, cantos ritualizados, rezas grupais e o uso de símbolos são formas de processamento e negociação da constituição da identidade coletiva.

" A celebração, ela em primeiro lugar se caracteriza no MST, sempre como um ponto de encontro dos que caminham na mesma direção, ponto de encontro dos que lutam pelo mesmo objetivo. Quer dizer, na

celebração, nós nos encontramos como pessoas que vão no mesmo, na mesma luta, por isso é bom pra nós separarmos bem isso, a celebração na luta popular não tem o mesmo significado que pra dentro das igrejas. Dentro das igrejas normalmente celebração significa eucaristia, ou liturgia da palavra ou coisa assim. No movimento celebração é a reanimação dos que estão no mesmo caminho, que estão na mesma luta. Agora, para essa celebração, para essa reanimação acontecer, evidentemente tem diversos elementos que ajudam: Uma boa mística preparada pelos próprios acampados é fundamental. Além dela, a palavra de Deus também tem um papel importante né. Certamente poderemos ver hoje a tarde isso, hoje a tarde tem uma celebração que eles prepararam. Então, a palavra de Deus tem um papel de iluminação, de animação, de aprofundamento mesmo da própria mística e quando então, se celebra a eucaristia mais claro ainda a presença do Senhor Ressuscitado que quer vida e vida em abundância para todos. Agora nas celebrações mesmo não religiosas, nas celebrações do movimento a partilha do pão é um elemento essencial na celebração dos que lutam pela, pela partilha da terra. Então, em todas as celebrações do MST ela entra a partilha do pão, dos alimentos ou coisas nessa ótica" (Salette - participante do MST).

Por isso a importância da celebração, da oração, das caminhadas, romarias, dos símbolos como a bandeira e o hino, para justamente colocar a realidade de aparente dor e fracasso numa esfera mistificada de luta e resistência. E no caso do MST, a Bíblia é relida a partir do livro Êxodo, que mostra a luta de um povo para conseguir libertar-se da escravidão e conquistar a terra prometida. Assim sendo, projeta a realidade do imanente (condição humana) para o transcendente (Divindade), justificando todo esforço possível para se chegar ao ideal.

"na mística político-social age sempre a utopia, aquela capacidade de projetar, a partir das potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que, embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os move são os sonhos de uma realidade nova. Por isso, desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras" (Betto e Boff,1999:24)

Esse aceno dos autores à mística, é como uma possibilidade de ressignificação da utopia e dos ideais dentro de uma sociedade. Para isso, o militante sempre deve ter uma capacidade de indignar-se com a situação a qual está vivendo e não aceitar os acontecimentos simplesmente como uma fatalidade histórica. Se por acaso, a apatia e a indiferença imperarem sobre o militante, jamais haverá mística, sem essa não há militância, sem militância não poderá haver movimento, pois ele sobrevive de pessoas que aderem a um compromisso de melhorar a realidade atual para o seu grupo específico e para toda a população excluída de alguma forma.

"Além do avanço das idéias de reforma agrária na esfera pública, na classe média e até nas elites, as marchas organizadas ou inspiradas pelo MST – Marcha dos Sem-Terras, do Zumbi, dos 'sem' (terra, teto e emprego), o Grito dos Excluídos, a Marcha dos Cem Mil, etc. – demonstram uma modificação no âmbito das estratégias de mobilização coletiva, com o objeto de estabelecer novas relações de força entre sociedade civil, a mídia e o Estado" (Sherer-Warren , 2000:22)

Esta ressignificação que as práticas coletivas das místicas muitas vezes promovem, está baseada em uma reinterpretação das crenças e valores sociais que o grupo pode produzir, muitas vezes para garantir o controle social sobre os seus membros na criação de uma unidade estratégica e ideológica de luta política. Assim o sentimento de injustiça é construído e partilhado entre os integrantes da ação coletiva.

" A questão da formação, quando eu falei antes já, ela é um dos elementos que ajuda a mística, porque a mística vai despertando na medida em que você também tem conhecimento melhor da realidade, como é que funciona a sociedade. Quem são os opressores? Qual é o objetivo dessa, dessa proposta neoliberal? Pra onde caminha tudo isso? E vai percebendo claramente que vai indo pra morte, pra destruição e tal. Então, essa formação e conscientização é ... dos acampados ajuda muito na mística, porque aí, além de despertar e não ficar só na emoção né, de um símbolo que fala alta, mas além dele despertar da razão pra ação concreta não só na emoção" (Arnildo - participante do MST).

"Uma das passagens bíblicas que é muito forte, inclusive é o que nos trás para esta luta é a passagem de Moisés que fala na luta, na terra, do povo que passou pelo mar vermelho, que na verdade retrata a sua dificuldade que foi chegar, aquela parte é uma parte que dá animo que dá coragem, que nós vamos sem saber o que vai acontecer conosco, mas sabemos que vamos chegar" (Neiva - participante do MST).

"Você sabe que enquanto a Neiva falava eu lembrei de um conto, que nós cantávamos aqui: O POVO DE DEUS NO DESERTO ANDAVA; para mim a Bíblia e eu tive toda uma formação bíblica e da minha militância, inclusive eu fiz curso então você consegue encontrar em várias passagens da Bíblia a nossa identidade, para mim JESUS CRISTO foi um grande pedagogo de uma luta, então muitas vezes que nós nos sentíamos na dificuldade lembrávamos da passagem do temporal, os pescadores no mar, o desespero, da desespero em nós também dentro da luta, da medo, mas sempre há no fundo aquela esperança, e o que mais marcou para mim foi no período do CURIÓ, quando nós consideramos eles bíblicamente que eles eram o joio no meio do trigo, que nós éramos o trigo e aí encenamos esta luta que agora chamamos de mística, que naquela época nós nem chamava."(Salette - participante do MST).

" No período em que nós estávamos acampada de 1981 até 1983, não era utilizada a palavra mística, mas na verdade nós vivíamos uma mística, nós tínhamos como símbolo, um símbolo muito forte que era a cruz, inclusive a primeira cruz que foi colocada aqui, foi uma cruz muito pequena escrita SALVE TUA ALMA, aí com o passar do tempo nós fomos discutindo e construindo uma outra cruz, uma cruz pesada que ela simbolizava o nosso sofrimento, bom mais existia pessoas que vinham ajudar com alimentação, com roupa, com apoio, aí estas pessoas foram se transformando dentro daquela mística na escora da cruz e as pessoas que morreram durante essa nossa caminhada nós simbolizávamos com um pano branco na cruz, então no nosso tempo nós vivíamos uma mística muito religiosa no sentido de uma religião bem cristã, era muito forte a cruz mas já utilizam aos pouco a inchada a foice como ferramentas de luta e não como símbolo da nossa luta, era muito forte a oração, pegar a cruz carregar, passagens bíblicas, quando CURIÓ conseguia ir nos meios de comunicação, falar mais de nós, aí nós juntávamos todo o acampamento, juntávamos todos os papéis e líamos aquela passagem bíblica o Joio e o Trigo, aí a passagem dizia que era colocado fogo no joio, aí nós colocávamos fogo no papel, então foi desta forma que nós trabalhamos uma questão bem mais religiosa." (Salete - participante do MST).

"Eu ainda não estava acampada mas já começamos a misturar esta coisa cristã e religiosa com mais outros métodos de mística, como por exemplo começamos a trabalhar o memento místico com canto, na verdade com cantos de luta, pois no início eram mais cantos religiosos, aí fomos misturando os cantos com cantos de luta, de companheiros que escreviam e que falava da luta, e continuamos carregando a cruz e todos os outros símbolos centrais também. No próximo acampamento que aí já era o meu junto com a "Belmira", que foi o mais massacre que nós sabemos até hoje, aí naquele acampamento renovou-se mais aquela mística trabalhando mais a questão do horizonte, da utopia, do sonho, do socialismo, então começamos a trabalhar mais a parte que a mística trás para nós, esta coisa de olhar para frente, de sonhar mais longe, construir uma sociedade diferente e foi aí que nós passamos a trabalhar mais o objetivo do socialismo, da construção da cidade juntos, então trabalhamos vários tipos de mística, mística com crianças, com jovens, trabalhamos esta coisa de construir o socialismo, de trabalhar com a semente, criando frases com a semente, trabalhamos muito a questão da semente já nesta época"(Neiva - participante do MST).

Dessa forma, fica claro como a mística é uma prática grupal que funda uma interpretação da estrutura da sociedade a partir da emergência de crenças e valores sociais que buscam romper as determinações das objetivações em-si como dadas e a-históricas (Heller, 1972). Além disso, a mística como recurso de produção de uma identidade coletiva institui uma rede de solidariedade necessária para a continuidade do grupo e o estabelecimento desta rede social tem atingido outras esferas da sociedade

civil, as mídias e outros movimentos sociais, assim como setores do próprio Estado.

As ações mobilizatórias que caracterizam o processo de identidade coletiva no âmbito do MST vem sendo delienadas como estratégias não somente de criação de visibilidade mas também como interpretação dos valores que definem as visões de estrutura da sociedade. Assim, é importante notar no depoimento dos participantes como várias místicas são produzidas a partir de diferentes temáticas cotidianas porém todas elas tratam de reconhecer na estrutura societal os antagonismos e as formas de equivalência dos direitos sociais, assim como as condições de opressão.

"Dependendo do grupo que nós estamos trabalhando é o tipo de mística que nós fazemos, por exemplo lá no curso de habitação, neste tempo que estamos vivendo qual é a mística que estamos utilizando, é a questão da resistência, é a questão deste ataque do projeto neoliberalismo, do imperialismo que estão com um ataque muito forte ao movimento, então nós trabalhamos muito isto, mas também agora nós estamos num curso de gênero e nós trabalhamos muito a questão do novo homem e da nova mulher, na verdade a mística serve para que possamos viver o dia que ficaria na história ao nosso alcance, dos nossos filhos, dos nossos netos que irão alcançar com certeza, verem a desigualdade que existe entre o novo homem e a nova mulher e terem uma nova relação de gênero, deixando de lado esta diferença do novo homem e da nova mulher ou vice-versa na questão da igualdade, e nós trabalhamos muito a questão da igualdade, quando nós estamos trabalhando com os jovens, nós trabalhamos mais a questão do socialismo, da esperança, impulsionando a questão da liderança muito forte que eles tem de lutar, de fazer, de construir então nós trabalhamos isto, mas depende muito da conjuntura que nós estamos vivendo" (Neiva - participante do MST).

Desta forma é que grupos e indivíduos re-interpretam os sistemas de referências valorativos que conduzem formas de interpretação da ação humana nas sociedades. Os valores e crenças produzidos no interior dos grupos têm força de conscientização das condições de privação social que estes sujeitos estão submetidos.

" E quando eles começam a perceber que ele tem direito pela própria lei e mais amparado pelo estudo bíblico para ele perceber que a terra é um Dom de Deus dada para todos e que não pode ser

concentrada e em todo lugar estava acontecendo exatamente a concentração da terra e não a partilha da terra"(Arnildo - participante do MST).

" Quando ele percebe seus direitos é que ele começa a resistir mais, mais e mais"(Arnildo - participante do MST).

" É evidente. A mística não é incolor. A mística tem uma compreensão em primeiro lugar de transformação da sociedade, e portanto, taí o primeiro elemento político forte de transformação da sociedade. É diferente querer colorir essa mística com partidariamente, aí tem muita, como vou dizer assim mais fácil, não dá para caracterizar que é partidariamente, ela é política no sentido de transformação. Então partidos que tem postura de transformação encontram mais facilmente aberto no Movimento Sem Terra. Mas a mística tem uma coloração política no sentido maior, no sentido de transformação da sociedade e assim como política ela tem toda uma dimensão social, porque na mística se alimenta a necessidade de se mexer com uma luta de todos. A luta é de todos! Então, todo o movimento trabalha muito essa questão assim, que nós precisamos envolver e atingir cidade e campo numa luta de todos pra transformar a sociedade"(Arnildo - participante do MST).

" Na verdade é trabalhado assim óh. Dependendo das regiões, Deus pra grande maioria é de fato a força fundamental da vida. É a razão de ser da vida. Agora, isso é trabalhado em diversas regiões de formas diferentes, porque há pessoas de diversos credos no movimento, então, nuns lugares dá pra trabalhar isso mais explicitamente, outros lugares tem que Ter um respeito muito grande pelas convicções religiosas do grupo. E aí a mística permanece mais como uma mística de luta, mais de transformação da sociedade e não é refletida muito a questão de Deus como a fonte de vida, da vida mesmo" (Arnildo - participante do MST).

Para Betto e Boff (1999), esse aspecto místico está dentro de uma perspectiva pessoal e outra coletiva, ou como dizem comunitária. O primeiro aspecto, remonta todo um cultivo pessoal vindo muitas vezes das celebrações feitas nas igrejas, assentamentos e acampamentos, e demonstram uma dimensão de crença – fé. Essa vivência pessoal da mística para ser autêntica ela deve passar para o comunitário, caso contrário, a mística se torna inócua. Quando os integrantes chegam no coletivo encontram um ambiente favorável para que todo esse cultivo pessoal seja desenvolvido com assembléias, ocupações, reuniões e momentos celebrativos como a festa da colheita, por exemplo.

Segundo Betto e Boff (1999:145), a mística está pautada em valores cristãos de amor, justiça, partilha esses conceitos apontam a influência de outras ideologias como a africana e a oriental, no entanto o desejo de que o Reino anunciado por Jesus aconteça aqui na Terra, faz com que se busque um sentido de sagrado no próprio uso da terra, sendo ela criada por Deus como nos lembra Boff (1996). E como lugar sagrado, é justificado todo e qualquer esforço para obtê-la e é nessa terra que as celebrações pela busca da proteção divina acontecem de forma a projetar o participante do movimento numa jornada que dá sentido a sua existência como um “filho da terra”.

Esse vínculo religioso, que a mística está ligada, não descarta em momento algum os vínculos políticos e sociais. A influência da teologia da libertação, que enfoca uma leitura da Bíblia de forma mais politizada, como nos mostra Sherer-Wraren et all (2000:18), que “(...) a teologia da libertação também fez a releitura do marxismo, numa perspectiva mais humana e pluralista”, portanto, juntamente com a concepção religiosa vem agregada ideologias marxistas, influenciando de forma direta o desenvolvimento conceitual e prático da mística, basta averiguar a literatura existente que trata desse assunto.

Aqui devemos considerar um outro elemento na constituição da identidade política enquanto um processo de identificação grupal dentro do MST. Este elemento se caracteriza pelo reconhecimento do caráter opressivo de algumas relações sociais, permitindo que o movimento de conscientização dos sujeitos no grupo defina uma estrutura de ação grupal.

O reconhecimento das equivalências neste processo está dado pela desmitificação da hierarquia social como imutável, pelo rompimento da positividade das posições identitárias nas relações de subordinação e pela percepção clara e aguçada da historicidade como elemento de continuidade das posições sociais. O reconhecimento do sistema de equivalências (Laclau & Mouffe, 1985), ou como o chamou Santos (2003), de círculos de reciprocidade é o que vai delienando formas interpretativas da consciência social sobre as desigualdades sociais. Nas falas de nossos entrevistados é bastante evidente como as práticas das místicas têm permitido o desenvolvimento da consciência social no reconhecimento dos sistemas de equivalências.

" Primeiro é a necessidade mesmo. A real necessidade da terra. Em segundo lugar ela nasce e se firma frente ao conhecimento. Quando eles percebem que existe um direito civil reconhecido e existe um direito divino da terra e os homens não cumprem isso. Então, é essas duas fontes é que vão fazendo com que uma mística começa a crescer dentro dessas pessoas e começa a se organizar e é essa força que vai sustentar toda a organização e toda repressão e toda caminhada posterior que vem e pela qual eles passam" (Arnildo - participante do MST).

"A mística nasce basicamente como um cimento que vai, vai concretando, vai cimentando a busca dos seus direitos. Quando eles percebem que são enganados, quando eles conhecem os seus direitos e a real necessidade que atordoia todos os dias, quando eles percebem isso, é exatamente, eles começam a se firmar na busca da terra, na busca de seus direitos. É esse o sentido da mística, é aquilo que vai concretando, cimentando, vai dando uma força interior grande no sentido de dizer: Bom, nós nos organizamos e levamos pra frente, nós temos direito e somos capazes (Arnildo - participante do MST).

"Para nós hoje a mística é uma questão que alimenta, que nós vivemos aquilo que nós queremos construir, que estamos construindo e que seja realidade para todos, que não seja apenas momento, nesta sociedade de excluídos que todos possam viver em igualdade e dignidade, na verdade nas reuniões a mística serve para que possamos nos desarmar aqueles problemas que nós estamos passando, por exemplo contradições, alguns empecilhos da caminhada, e no momento do início de uma reunião sem a mística parece que a reunião fica uma coisa muito pesada, muito chata, quando existe a mística no início da reunião uma mística bonita a reunião parece que fica mais leve, uma reunião mais criativa, bom de viver aquele momento, vou comentar agora uma coisa particular minha, quando vou em uma missa normal, onde é só a missa acaba sendo apenas mais uma missa onde nós vamos por outro lado quando nós preparamos uma missa com alguma coisa mística, com canto que fale alguma coisa da dignidade do povo, nós saímos da missa com vontade de voltar novamente, este povo se sente bem naquele espaço, eu acho que a mística nossa no movimento e a religião, mais esta coisa do cristianismo têm muita coisa a ver, são momentos que nós nos alimentamos muito" (Neiva - participante do MST).

" Aquilo que a Neiva dizia é uma injeção de ânimo, ela mexe com o nosso sentimento, conforme a mística que nós fazemos, também temos o cuidado de fazer com que a mística que fazemos não se pareça com um teatro, esta faz com que nós lembremos do passado, viva o presente e possamos projetar o futuro, acho que é neste sentido. A questão das crianças de estarem recuperando a memória histórica, serve também como questão de identidade tanto deles, como dos jovens, como nossa, afinal de conta nós temos uma identidade nós somos sem-terra e quem nos ajudou a recuperar grande parte disto foi a mística" (Salete - participante do MST)..

" A questão da formação, quando eu falei antes já, ela é um dos elementos que ajuda a mística, porque a mística vai despertando na medida em que você também tem conhecimento melhor da realidade, como é que funciona a sociedade. Quem são os opressores? Qual é o objetivo dessa, dessa proposta neoliberal? Pra onde caminha tudo isso? E vai percebendo claramente que vai indo pra morte, pra destruição e tal. Então, essa formação e conscientização é ... dos acampados ajuda muito na mística,

porque aí, além de despertar e não ficar só na emoção né, de um símbolo que fala alta, mas além dele despertar da razão pra ação concreta não só na emoção" (Salete - participante do MST).

A passagem das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo destas, se dá sobretudo no estabelecimento de reciprocidades entre as posições sociais dos sujeitos. As comparações e os sentimentos de injustiça social, derivados do exercício que as práticas coletivas grupais e que o sentimento de pertença ao grupo estabelecem, são elementos fundamentais do sistema de equivalências e das lógicas de diferenciação (Mouffe, 2000). As práticas grupais buscam, através das místicas, concretizar os efeitos da desigualdade social e das formas de participação social dentro do movimento social.

"Hoje existe várias coisas, mas o que me marcou profundamente foi a primeira vez que fui acampar e não sabia o que era mística, estava chegando, aí o grupo fez uma mística assim onde todos encontravam-se enrolados em papel higiênico, e foi trabalhado a questão de que cego não é aquele que não enxerga e sim é aquele que não conhece os seus direitos, que não luta por eles, que não se move na verdade para viverem a vida, para enxergar os comentários referente ao povo, ao país, trabalharam um tema assim, e as pessoas foram se enrolando e também foi trabalhada a questão da importância das mãos, dos pés, pois nós parávamos para pensar do que seria de mim se não tivesse minhas mãos, os braços, meus pés, todo corpo, então trabalhamos no sentido que toda parte do corpo tem a sua importância, um significado, e também trabalhando a questão do movimento pois cada pessoa engajada no movimento se torna uma parte dele, então naquele momento eu me senti como uma parte do movimento, pois eu estou aqui e quero seguir não quero desistir" (Neiva - participante do MST).

Através destas práticas é que as ações de participação social são pensadas internamente ao grupo. Além da reflexão, interpretação e resignificação sobre os valores e crenças sociais, as práticas coletivas em torno das místicas também propõe ações de participação na concretização dos ideais refletidos.

É exatamente isso, no sentido de que temos que dar uma resposta hoje, a mística forte é aquela de arregaçar as mangas da camisa e partir para a ação, uma mística não mais refletida, mais de aprofundamento é quando não temos que sair daqui para uma ação mais concreta, por exemplo um encontro de formação é feita uma mística para refletir, para aprofundar, para deixar que as pessoas se interiorizem mais, ao passo que a mística mais forte é um despertar para a nossa ação" (Salete - participante do MST).

A demarcação de fronteiras políticas para a constituição da identidade política é fundamental pois ela está implicada pelas relações de reciprocidade (Melucci, 1996) e reconhecimento de que há um nível de privação social.

Esta forma de politização das posições identitárias aponta para a relação entre a figura do Nós e do Eles, relação de disputa entre formas identitárias que vem sendo apontada por alguns autores, como é o caso de Mouffe (1999) como sendo uma relação de adversários absolutamente necessária para que haja a diferenciação e politização das identidades e para que diferentes espaços sociais possam se configurar como espaços de lutas políticas.

"Na verdade é assim: Os acampados não tem essa clareza, por isso que o MST trabalha muito a formação de lideranças e a formação dos acampados, no sentido de eles enxergar quem é o seu inimigo e conscientizar, enfim, terem consciência e compreensão da realidade. Uma das estratégias mais importantes que o MST usa é a formação dos seus, do quadro de suas lideranças e formação dos acampados como um todo, porque nessa situação atual o inimigo não tá as claras. O sistema neoliberal é tão sofisticado que consegue fazer com que as pessoas não percebam quem os massacra e qual é a proposta de concentração de concentração da riqueza e da expulsão do homem do campo. Então, o MST trabalha muito a questão da formação e é por isso mesmo que ele tem hoje, em todos os seus acampamentos um grupo de pessoas que tem uma visão, uma formação uma consciência e é por isso eles vão firme na briga. E eu diria mais, é por isso também que os governos não conseguem desbaratar o MST, porque ele trabalha a mística frente ao conhecimento da realidade. Trabalhar as duas coisas, portanto um grupo de acampados conhecendo como ele é oprimido, com é que funciona o sistema da opressão e trabalhando firmemente na mística, a partir daí é que tem força para enfrentar a repressão" (Arnildo - participante do MST).

Exatamente, porque a mística hoje trabalhada, especialmente no MST, ela tá fortemente trabalhada com símbolos e aí vai aparecer a bandeira, os hinos, a própria terra, a água, a vida como um todo. E ao trabalhar essas questões, naturalmente entra na reflexão quem é que está estragando a terra? Quem é que está estragando a bandeira nacional? Quem é que está ajudando a reconstruir uma pátria livre?

Então, nesse sentido, que a mística vai ajudando as pessoas a terem maior clareza, né! E Ter uma firmeza muito grande (Arnildo - participante do MST).

5. Considerações Finais

Objetivamos neste texto jogar luz sobre o processo de criação e constituição das identidades políticas, mas não só, buscamos também mostrar a manutenção destes processos simbólicos que dão continuidade as interações sociais junto aos fenômenos da ação coletiva. Melucci (1996) aponta para estas questões nomeando o processo como um sistema de construção de ações, diz o autor:

"Identidade Coletiva é um processo de aprendizado o qual implica a formação e manutenção de um ator empírico unificado que poderíamos chamar de 'movimento social' . O processo de identidade coletiva é então também a habilidade de produzir novas definições para integrar o passado e a emergência de elementos do presente nas unidade e continuidade de um ator coletivo" (19996: 75).

Deste modo, tentamos identificar a partir dos discursos dos participantes, da história do MST, de sua estrutura organizativa e dos elementos constituintes das místicas, como que os aspectos simbólicos da ação coletiva colaboram em muito na manutenção da organização de um

movimento social, na socialização política de participantes emergentes, na consolidação de uma identidade política e, sobretudo na continuidade de uma luta que tem colocado no centro no cenário brasileiro, uma das problemáticas centrais de um desenvolvimento mais justo e participativo para o país. Neste sentido, o MST colabora na democratização do país ao construir, junto com outros movimentos sociais, um espaço político no país onde se pode tematizar a própria realidade social.

A questão da continuidade dos movimentos sociais sempre foi uma questão nodal para os militantes e estudiosos pois normalmente o que se vê é um refluxo da participação social a partir do ganho de algumas reivindicações, no entanto, os aspectos simbólicos, ideológicos e culturais podem nos dar uma nova pista de como encontrar processos coletivos que mantém grupos e ações em movimento. Nas falas abaixo, podemos identificar com clareza a importância que o processo de identidade coletiva assume nas perspectivas de futuro dos participantes do MST.

"Nós fizemos parte de um movimento, que é o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1985, onde houve uma grande discussão dentro do próprio movimento, onde existia um pessoa que achava assim: quem está acampado são os sem-terra e que já tem terra vamos por outro nome, já tinham escolhido até o nome PÉS NO CHÃO, aí fomos discutindo e aprofundando e vimos que isso nos separa na verdade, afinal de contas nós participamos de um movimento que estava em vista da terra e hoje muito mais que a terra que queremos, o direito destes trabalhadores, aí como depois de virmos para o assentamento deixamos de ser o que somos, não tem, não tem como deixar de ser isso " (Salete - participante do MST).

" Eu acho que nós só vamos deixar de ser sem-terra no dia que não existir mais sem-terra, aí não vai ter porque nós sermos chamados de sem-terra, quer dizer não vai ter mais sem-terra, agora nós que lutamos que já temos a nossa terra mas continuamos caminhando para esta luta, pelas outras pessoas que ainda não tem terra, então nós continuamos sendo sem-terra com orgulho e características, porque é uma questão até de auto estima nossa, pois o movimento nos transformou em gente mesmo, principalmente eu digo isto como mulher porque eu antes de vir para o movimento não conseguia olhar nos olhos de uma pessoa e conversar de cabeça erguida, porque eu me sentia sempre menos, e se fosse uma autoridade, um padre, existia aquela coisa de se sentir menos, de se sentir pequena de estar diante das pessoas e hoje dentro do movimento tenho uma auto estima tão grande que tanto faz eu conversar com a Salete que é minha companheira sem-terra ou estar conversando com você, com um padre, uma autoridade, com o governador, com que for, eu me sinto cidadã, ser humano, com orgulho, porque o movimento nos transforma em pessoas assim do desespero para a auto estima, e a mística faz muito isto com a gente, porque a grande parte, 80% ou mais da militância que nós temos no movimento

sempre há um militante fazendo mística, pensando nisto, porque a mística faz a gente pensar muito porque nós gostamos de fazer e fazer bem feito, então nós ficamos horas e horas pensando aí criamos um tema e dizemos, bom amanhã vamos fazer a mística sobre este tema, a é tal tema, vamos fazer uma mística sobre a resistência, aí começamos a incrementar aquela mística sobre a resistência, qual é o passo que vamos fazer, primeiro isso, depois isso, aí vamos pensando e construindo aquela mística que vamos realizar no outro dia no momento em que estamos preparando, então é um processo de conscientização muito grande, muito bonito" (Neiva - participante do MST).

6. Referências Bibliográficas

- BARRET, M. (1999) Ideologia, política e hegemonia: de Gamsci a Laclau e Mouffe. In Zizek, S. (org) Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BERGAMASCO, S. P. P. & NORDER, L. A. C. (1999). Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: Medeiros e outros (org) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- BERND, S. & KLANDERMANS, B. (2001) Politicized Collective Identity: a social psychological analysis. American Psychologist Volume 56(4): 319-331. April.
- BETTO, F. & BOFF, L. (1999) Mística e espiritualidade. 4.ed., Rio de Janeiro: Rocco.
- BOFF, L. (1996) O resgate da dignidade da Terra. A Terra como a nova centralidade. Cadernos fé & Política n. 14.
- BINGEMER, M. C. L. (1994) O novo e o antigo na mística e na política. In: Bingemer, M. C. L. & Bortolo Junior, R.S.(orgs.) Mística e política. São Paulo: Loyola.
- DAL CHIAVON, F. e outros (orgs) (1999) A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de cooperação agrícola n. 8. Agosto.
- FERNANDES, B. M. & STEDILE, J. P. (1999) Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,.
- FERNANDES, B. M. (1999) MST: formação e territorialização. 2 ed., São Paulo: Hucitec.

- FERNANDES, B. M. (1998) A gênese e desenvolvimento do MST. Caderno de formação n. 30 - setembro. Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- GOHN, M. G. (1997) Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.
- HALL, S. (2000) Quem precisa de identidade? In: SILVA (org.) Identidade e Diferença - A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes.
- HALL, S. (2001) A identidade cultural na pós-modernidade. 5 ed. Petrópolis: Vozes.
- HARNECKER, M. (2000) MST: Construindo força social anti-neoliberal. Cultura Vozes - N. 1, janeiro-fevereiro. Petrópolis: Vozes.
- HELLER, A. (1972) O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JOHNSTON, H. & KLANDERMANS, B. (1995) The cultural analysis of social movements. Social Movements and Culture. Social Movement: Protest & Contention, 4. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KLANDERMANS, B. (1997) The Social Psychology of Protest. Cambridge: Blackwell.
- KLANDERMANS, B. & STAGGENBORG, S. (2002) Introduction. In Klandermans & Staggenborg. Methods of Social Movement Research. Social Movement, Protest and Contentions. V. 16. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C. (1985) Hegemony & Socialist Strategy: towards a radical democratic politics. London: Verso.
- LACLAU, E. (1990) New Reflection on the Revolution of Our Time. New York: Verso.
- LIBANIO, J.B. e MURAD, A. (1996) Introdução à teologia - perfil, enfoques, tarefas. São Paulo: Loyola.
- MARTINS, J. S. (1989) Caminhada no chão da noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec.

- McADAM, D. (1982) Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970. Chicago: The University of Chicago Press.
- McDONALD, K. (1999) Struggles for Subjectivity: Identity, Action and Youth Experience. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEDEIROS, L. S. e outros (org) (1999) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- MELUCCI, A. (1996) Challenging Codes. Cambridge: Cambridge University Press.
- MELUCCI, A. (1999) Esfera Pública y Democracia em la era de la información. Metapolítica. Vol. 3 (9) 57-6.
- MORRIS, A. & MUELLER, C. (1992)(org) Frontiers of Social Movement Theory. New Haven: Yale University Press.
- MOSCOVICI, S. (1985) The age of the Crowd. Cambridge: Cambridge University Press
- MOTA, M.B. e BRAICK, P. R. (1998) História das cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna.
- MONTERO, M. (org) (1994) Psicología Social comunitaria. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- MOUFFE, C. (1988) Hegemony and New Political Subjects: toward a new concept of Democracy In Nelson, C & Grossberg, L. Marxism and the Interpretation of Culture. Chicago: University of Illinois Press.
- MOUFFE, C (1992) Democratic Citizenship and the Political Community. In Mouffe, C. (org) Dimensions of Radical Democracy: pluralism, citizenship, community. New York: Verso.
- MOUFFE, C. (1999) El retorno del político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Piados.
- PRADO JUNIOR, C. (1979) A questão agrária no Brasil. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense.

PRADO, M. A. M. (1997) A utopia comunitária na transição do mundo moderno. In. Montero, M. Psicologia comunitária. Caracas: Sociedade Interamericana de Psicologia e Universidad Central da Venezuela.

PRADO, M. A. M. (2000) Des-Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação – Mapa Teórico acerca do Sujeito Coletivo e do Político na Literatura sobre as Ações Coletivas. Tese de Doutorado não publicada. PUC/SP.

PRADO, M. A. M. (2001) Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca do processo de formação identitária do 'nós. Revista Psicologia Política, vol. 1, n. 1.

PRADO, M. A. M. & SOUZA, T. R. P. (2001) Diferenciações e Indiferenciações nas Formações Identitárias: Ambigüidades Discursivas nos Estudos Contemporâneos. Revista Aletheia, no. 13 (97-109).

PRADO, M. A. M (2002) Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. Psicologia em Revista. Vol 8(11): 9-71) PUC/Minas.

REZENDE, M.V. (1987) Não se pode servir a dois senhores - história da Igreja no período colonial. São Paulo: Paulinas.

SANDOVAL, S. (1989) A crise sociológica e a contribuição da Psicologia Social ao estudo dos movimentos sociais. Revista Educação & Sociedade. Dezembro.

SANTOS, B. S. (2003) (ORG) Reconhecer para Libertar. Os caminhos do Cosmopolismo Multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, J. G. (1990) O que é a questão agrária. (coleção primeiros passos 18), São Paulo: Brasiliense.

SCHERER-WHARREN, I. e outros (2000) A democratização inacabável. As memórias do futuro. Petrópolis: Vozes.

STÉDILE, J. P. (org) (1997) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes.

STÉDILE, J. P. (2000) Latifúndio: o pecado agrário brasileiro. Caderno de formação - fevereiro. Publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

STÉDILE, J. P. (1997) O MST e a questão agrária. Uma entrevista com João Pedro Stédile. Revista Estudos Avançados - setembro - dezembro.

TRAJANO, A. (1996). Pessoas. Cadernos Fé & Política, n. 15.

VEIGA, J. E. (1984) O que é reforma agrária. (coleção primeiros passos 33), São Paulo: Brasiliense.

VEIGA, J.E. (2000) “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)”. Caderno de cooperação agrícola. nº 8. São Paulo.

[1] Docente Pesquisador

Programa de Pós Graduação em Psicologia

CIEPPS - Centro Interdisciplinar de Estudos em Políticas Públicas e Participação Social

Faculdade de Filosofia e Ciências Hmanas - Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Antonio Carlos, 6627 - Pampulha

Belo Horizonte - Minas Gerais – 31275-190 - Brasil - mamprado@ufmg.br

[2] Aluno de Psicologia

Universidade São Marcos/SP

Membro do Núcleo de Psicologia Política da PUC/SP

[3] Pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da Universidade São Marcos/2001. Registro n. 989765. Aluno Nadir Lara Junior. Orientador: Marco Aurelio Maximo Prado.

[4] Importante diferenciar que os assentados são moradores de uma gleba já regularizada e os acampados são moradores de glebas ainda não regularizadas. Para um aprofundamento destas duas posições – Silva, A. (2002) *Acampados no "Carlos Mariguela": um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema - SP*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP.

[5] Importante ressaltar que uma das características do espaço político contemporâneo é a sua expansão para além das chamadas instituições políticas das Sociedades Modernas Ocidentais. O que para alguns autores (como é o caso de Melucci, 1999), tem significado compreender o político como um espaço onde sua função “... principal é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar movimentos, mas para tornar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política (literalmente em alguma coisa a respeito da polis)” Pp. 221.

[6] Falamos em recuperar alguns aspectos da Psicologia Social, exatamente porque ela já foi muito utilizada para análise psicológica dos comportamentos coletivos, desde Wundt com seu *Völkerpsychologie* que a Psicologia tem sido um instrumental importante de análise de coletividades, porém, só recentemente que podemos notar proposições menos “psicologizantes” para compreensão das ações coletivas. Para compreender esta história da Psicologia Social, ver Estramiana, J. (1995) *Psicología Social: perspectivas teóricas y metodológicas*. Madrid: Siglo XXI e Javaloy, F. e outros (2001) *Comportamiento Colectivo Y Movimientos Sociales.: em enfoque psicosocial*. Madrid: Pearson Educacion.

[7] Para um aprofundamento deste debate ver Laclau, 1990.

[8] cf. www.mstsp.org.br acessado em 12/03/2002.